



SENADO FEDERAL
PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.308, de 2019, do Senador Styvenson Valentim, que *altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir no dispositivo legal, como objetivo da Política Nacional de Turismo o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso.*

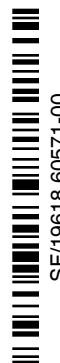
Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Chega, para o exame em decisão terminativa desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o Projeto de Lei nº 1.308, de 2019, do Senador Styvenson Valentim, que *altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir no dispositivo legal, como objetivo da Política Nacional de Turismo, o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso.*

A proposição é composta somente pelo art. 1º que acrescenta o inciso XXI ao art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que *dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências*, conhecida como “Lei Geral do Turismo”.

Essa adição traz, aos objetivos da Política Nacional de Turismo (PNTur) elencados, o estímulo à interiorização do turismo e à valorização do turismo religioso.



SF/19618.60571-00

Na justificação, o autor ressalta a importância do turismo para o fomento da “economia de diversas cidades brasileiras, e do próprio país”, mas que “os investimentos acabam sendo direcionados apenas para [...] grandes centros”. Também, apresenta várias cidades em que o turismo religioso é forte no interior do País.

Por isso, conclui que:

elencar de forma específica, como objetivo da Política Nacional de Turismo a necessidade de estimular a interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso é garantir que o Governo Federal, no seu planejamento, dê atenção, à míude, aos pequenos polos que estão dispostos em muitos municípios do interior brasileiro.

O PL foi distribuído tão somente a esta Comissão para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

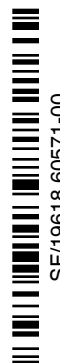
II – ANÁLISE

O Projeto de Lei nº 1308, de 2019, vem ao exame desta Comissão consoante o Regimento Interno do Senado Federal, art. 104-A, inciso VI, segundo o qual compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) opinar sobre “proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo”. Por isso, vem para análise, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 1.308, de 2019.

Quanto ao mérito, também concordamos com o autor que o turismo é fator de grande relevância para a economia de várias cidades do interior do Brasil, mas os investimentos do turismo são concentrados nos grandes centros urbanos. Por isso, consideramos de extrema importância o estímulo à interiorização das atividades turísticas.

Ademais, é relevante estimular o turismo religioso tão forte em várias cidades do País. Contudo, apesar de louvável a iniciativa, é necessário ajustá-lo à técnica legislativa e à alguns aspectos da segmentação do turismo.

O primeiro ponto é o de que o estímulo à interiorização do turismo já é parte das ações e políticas da Política Nacional de Turismo (PNTur), conforme disposto no inciso VI do art. 5º em que se pretende alterar. Por isso, acreditamos que apenas um ajuste na redação



deste, reforçando a questão do “interiorizar”, é necessário para promover o que pretende o projeto.

Quanto ao aspecto de estimular o turismo religioso, lembramos que esse é um tipo de Turismo Cultural, segundo as políticas de segmentação do turismo, assim como são: o turismo cívico, o místico-esotérico, o étnico, o cinematográfico, o arqueológico, o gastronômico, o ferroviário e o enoturismo.

Atualmente, o turismo religioso é definido pelo Ministério do Turismo como “atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo” e é, decerto, uma das mais importantes manifestações do turismo cultural no Brasil. No entanto, não podemos desprezar as demais, e sugerimos acrescentá-las, modificando o inciso XI do mesmo art. 5º suprarreferido.

Por fim, para ajustar o PL, é necessário acrescentarmos o art. 2º com a cláusula de vigência, de forma a atender o inciso III do art. 3º e o *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*

Não observamos óbices no que tange à constitucionalidade e à juridicidade da proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.308, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDR (ao PL nº 1.308, de 2019)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.308, de 2019, a seguinte redação:

Art. 1º Os incisos VI e XI do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 5º

VI - promover, descentralizar, regionalizar e interiorizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

XI - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos, estimulando, particularmente, a valorização do turismo cultural em todos seus tipos, tais como, o religioso, o cívico, o místico-esotérico, o étnico, o cinematográfico, o arqueológico, o gastronômico, o ferroviário e o enoturismo;

.....” (NR)

EMENDA Nº - CDR
(ao PL nº 1.308, de 2019)

de 2019: Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei nº 1.308,

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

